

Fundação Estatal de Saúde de Niterói do Estado do Rio de Janeiro

FESAÚDE-RJ

Agente Comunitário de Saúde

FV062-N0

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Fundação Estatal de Saúde de Niterói - RJ

Agente Comunitário de Saúde

EDITAL Nº. 01/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Conhecimentos Específicos - Profº Ana Luisa M. da Costa Lacida

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Leandro Filho

Aline Mesquita

DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Bernardes de Moura

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Textos verbais e não-verbais. Fala, escrita e níveis de linguagem. Variação Linguística. Gêneros Textuais. Implicitude e explicitude das informações.	01
Ortografia.	11
Morfologia.	16
Sintaxe.	18
Figuras de Linguagem.	28
Pontuação.....	32

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Construção histórica do trabalho do ACS.....	01
Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário.....	01
Noções de ética e cidadania.....	04
Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico.....	06
Atuação do ACS nas diversas fases da vida: saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso	30
Doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Doenças transmitidas por vetores.....	86
Saúde Mental.....	106
Cadastramento familiar e Mapeamento.....	121
Diagnóstico comunitário.....	126
Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.....	127
Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.....	147
Estatuto do Idoso.....	147
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	153
Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde;Atribuições do agente comunitário de saúde e legislação pertinente.....	210

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Construção histórica do trabalho do ACS.....	01
Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário	01
Noções de ética e cidadania.....	04
Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico.....	06
Atuação do ACS nas diversas fases da vida: saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso	30
Doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Doenças transmitidas por vetores	86
Saúde Mental.....	106
Cadastramento familiar e Mapeamento	121
Diagnóstico comunitário.....	126
Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.....	127
Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas	147
Estatuto do Idoso.....	147
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	153
Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde;Atribuições do agente comunitário de saúde e legislação pertinente.....	210

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DO ACS

Agente Comunitário de Saúde

Oficialmente implantado pelo Ministério da Saúde em 1991, o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 1980 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo). Na época, a iniciativa visava a buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades.

Hoje, a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS) é uma das mais estudadas pelas universidades de todo o País. Isso pelo fato de os ACS transitarem por ambos os espaços – governo e comunidade – e intermediarem essa interlocução. O que não é tarefa fácil.

O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.

Fonte: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/agente-comunitario-de-saude>

Prezado candidato para completar seus estudos sobre este tópico, acesse o conteúdo complementar que disponibilizamos em www.novaconcursos.com.br/retificacoes

AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E SANITÁRIO

CONCEITOS E INDICADORES DE NOCIVIDADE E INOCUIDADE

1. VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A vigilância sanitária tem como missão, proteger e promover a saúde de toda a população. Para isso, desempenha papel no controle de bens, produtos e serviços que possam oferecer riscos à saúde do homem, como alimentos, cosméticos, medicamentos e produtos de limpeza.

Também realiza a fiscalização de escolas, hospitais, clubes, academias, parques e centros comerciais. E ainda, faz a inspeção de processos produtivos capazes de gerar riscos e danos ao trabalhador e ao meio ambiente.

Cabe a vigilância sanitária desenvolver e aplicar ações relacionadas ao controle e fiscalização dos seguintes bens, produtos e serviços de interesse a saúde:

- alimentos e bebidas, assim como seus insumos, embalagens, aditivos, contaminantes, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

- medicamentos de uso humano, assim como seus constituintes (substâncias ativas e insumos), processos e tecnologias;
- cosméticos, perfumes e produtos destinados para de higiene pessoal;
- produtos destinados à higienização e desinfecção de ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;
- conjuntos, reagentes e insumos usados para diagnóstico;
- equipamentos e materiais odontológicos, médico-hospitalares e hemoterápicos, além daqueles usados em diagnóstico laboratorial e por imagem;
- sangue, hemoderivados e imunobiológicos, incluindo suas substâncias ativas;
- órgãos e tecidos humanos/veterinários utilizados em transplantes ou reconstituições;
- radioisótopos usados em diagnóstico in vivo, radiofármacos e produtos radioativos aplicados em diagnóstico e terapia;
- cigarros, charutos ou qualquer produto fumífero originado ou não do tabaco;
- qualquer produto (obtido por meio da engenharia genética ou submetido a fontes de radiação) que possa representar a possibilidade de risco à saúde;
- serviços voltados para a atenção ambulatorial, internação, apoio diagnóstico e terapêutico, assim como aqueles que envolvam a incorporação de novas tecnologias;
- serviços como creches, asilos, presídios, cemitérios, salões de beleza, cantinas e refeitórios escolares, academia de ginástica, clubes, entre outros;
- instalações físicas, equipamentos, tecnologias, ambientes e procedimentos envolvidos em todas as fases da produção de bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária (incluindo a etapa de descarte de resíduos).

1.1 Conceitos em vigilância sanitária

Para compreender bem o papel da vigilância sanitária é indispensável conhecer o significado de alguns termos importantes como:

- controle e fiscalização;
- defesa e proteção da saúde;
- higiene;
- inocuidade;
- nocividade;
- qualidade;
- segurança;
- risco.

1.1.1 Controle e fiscalização

Na vigilância sanitária, os termos controle e fiscalização muitas vezes se confundem, mas possuem significados diferentes.

O termo controle apareceu em 1961 no Código Nacional de Saúde e nas Normas Técnicas Especiais sobre Aditivos, publicadas juntamente com o Código, se ampliando ao controle dos processos de fabricação, venda, consumo etc.

No campo da vigilância, o termo controle possui significado amplo, incluindo desde a fiscalização até a regulamentação, ações educativas e ações de informações ao consumidor.

Normalmente, o termo controle é usado em ações sanitárias que envolvem pessoas, produtos, serviços, atividades e órgãos, visando garantir que estes sigam as normas pré-estabelecidas.

O termo também é utilizado para designar ações relacionadas a doenças, agravos e agentes nocivos ao homem (agentes animais e vegetais capazes de causar doenças ou prejuízos econômicos em atividades produtivas). Tais ações são avaliadas por meio de indicadores de incidência e prevalência com o objetivo de que sua frequência não fuja do que é considerado normal.

Já o termo fiscalização se refere a ação de verificar o cumprimento das normas estabelecidas e, geralmente, é usado na inspeção de estabelecimentos, atividades e ambientes.

Por ter sido incluído no nome da vigilância sanitária de 1920 até 1970, o termo fiscalização se confunde com a própria história do órgão federal. Em função disso, mesmo nos dias de hoje, muitos órgãos estaduais e municipais incluem o termo fiscalização em seu nome.



#FicaDica

O controle realizado pela vigilância sanitária inclui a licença, a autorização de funcionamento e o registro. Isso permite que a Administração Pública interfira nas atividades, garantindo que as mesmas sejam adequadas aos interesses da população.

1.1.2 Defesa e proteção da saúde

Relacionada à competência do Estado para legislar sobre a saúde da população, a expressão defesa e proteção da saúde apareceu nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988, ganhando maior destaque em 1950 com a criação do Ministério da Saúde.

Associado a diversas normas técnicas do Código de Saúde (normas de defesa e proteção da saúde relacionadas a alimentos, saneantes, cosméticos e produtos de higiene, correlatos entre outros), nos dias de hoje, com a ampliação da noção de defesa e proteção da saúde, o termo defesa e proteção da saúde aparece em inúmeras expressões, como por exemplo:

- a) defesa da saúde do consumidor;
- b) defesa e proteção da saúde do consumidor;
- c) defesa da saúde do usuário;
- d) proteção à saúde pública;
- e) proteção de direitos e bem-estar;
- f) defesa e proteção da saúde individual e coletiva;
- g) proteção do meio ambiente;
- h) proteção de florestas, de ambiente hídrico e de outros ecossistemas;
- i) proteção da qualidade ambiental;
- j) proteção da vida e saúde do homem, dos animais, das plantas e do meio ambiente.

1.1.3 Higiene

Relacionado à limpeza, o termo higiene está associado principalmente a locais, produtos alimentícios, manipulação de alimentos, meios de transporte e veículos utilizados para transportar produtos sujeitos à vigilância sanitária.

O termo se refere a uma das condições sanitárias exigidas para embarcações e áreas aeroportuárias, verificadas durante a inspeção sanitária.

Sempre presente em normas relacionadas a alimentos, o termo aparece como requisito indispensável não só do produto, mas também do local onde são produzidos, manipulados e envasados. Nesse contexto, a noção de higiene inclui a presença de contaminantes microbiológicos (bactérias, fungos), resíduos de pesticidas, entre outros.

Na vigilância sanitária, a higiene consiste em um preceito capaz de provocar o cancelamento, temporário ou definitivo, do registro de um alimento. Além disso, pode determinar a interdição ou a apreensão de alimentos e bebidas.

1.1.4 Inocuidade

O termo inocuidade se refere a algo que não causa dano à saúde, ou seja, que não é nocivo. Deve configurar como um dos atributos de produtos (cosméticos, medicamentos, alimentos etc.), materiais, equipamentos, utensílios e embalagens (utilizadas no preparo, na fabricação, no envasamento ou no acondicionamento de produtos).

No caso de alimentos, o termo está relacionado não só ao alimento, mas também aos aditivos (substâncias adicionadas), as embalagens, aos equipamentos e aos utensílios revestidos com determinados produtos e substâncias.

Já no caso de medicamentos e seus aditivos, o termo inocuidade aparece de forma incoerente nas normas de controle sanitário. Isso porque o termo significa algo inerte, inofensivo. E, embora o termo se aplique aos materiais empregados na fabricação de aparelhos, instrumentos, utensílios e vasilhames utilizados no preparo, fabricação, envasamento e acondicionamento de substâncias e produtos farmacêuticos, o mesmo não acontece quando se fala de fármacos e especialidades farmacêuticas (fármacos e especialidades farmacêuticas não são inertes, apenas não nocivo).

A inocuidade e a qualidade dos produtos são asseguradas por programas de autocontrole, como:

- a) Boas Práticas de Fabricação (BPF): condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos produtos.
- b) Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPHO): procedimentos aplicados para evitar a contaminação dos produtos, preservando sua qualidade e integridade por meio de boas práticas de higiene realizadas antes, durante e depois de cada operação do processo de produção. O PPHO deve ser monitorado e verificado de forma rotineira.

- c) Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC): sistema que identifica, avalia e controla perigos que possam afetar a inocuidade de produtos de origem animal.

1.1.5 Nocividade

O termo nocividade significa o oposto de inocuidade, ou seja, é empregado para designar algo nocivo, capaz de causar danos à saúde. Assim, pode-se dizer que a noção de nocividade justifica a existência das ações do controle sanitário.

A vigilância sanitária intervém em atividades com o propósito de evitar que a possível nocividade de um produto, substância, determinada prática ou serviço possa prejudicar o ambiente ou a saúde da população.

No campo da vigilância sanitária, o termo nocividade também é aplicado para produtos e substância, considerados terapêuticos, que passam a ser prejudiciais à saúde.

Graças ao seu papel protetor e preventivo, diante de qualquer suspeita ou alegação de nocividade, a vigilância sanitária pode determinar a suspensão da fabricação e venda de qualquer produto ou substância que possa ser considerada nociva.



#FicaDica

A noção de nocividade tem sido empregada para impor medidas de controle como:

- a) a proibição da fabricação e do uso de substâncias como o lança-perfume;
- b) as restrições quanto ao uso de álcool e cigarro.

1.1.6 Qualidade

O termo qualidade representa um dos atributos esperados para bens materiais (produtos) e imateriais (serviços prestados por meio do trabalho) que tenham relação com a saúde, sendo de total responsabilidade do fabricante e do prestador de serviços.

É papel da vigilância sanitária realizar auditorias com o objetivo de verificar a qualidade de produtos e serviços. A qualidade de um produto, avaliada por meio de análises laboratoriais, representa uma das condições para concessão do seu registro.

Nos últimos anos, o termo qualidade também passou a ser utilizado na expressão "qualidade de vida".

1.1.7 Segurança

No dicionário, segurança significa estar protegido contra riscos, perigos e perdas. Nos textos normativos, o termo aparece ligado a categorias como trabalho, espaço, saúde e poder do Estado.

O termo apareceu inicialmente em 1961, relacionado ao trabalho e ao meio ambiente. Em 1976, na Lei 6.360, apareceu como segurança sanitária, determinando a suspensão da fabricação e venda de produtos com suspeita de serem nocivos à saúde.

Nos últimos anos, o termo tem sido empregado não só nas leis de agrotóxicos e de biossegurança, mas também nas normas sobre as indústrias do âmbito do Mercosul. Além disso, o termo tem estado associado às preocupações em relação aos produtos transgênicos.

1.1.8 Risco

O termo risco apareceu inicialmente no Código Sanitário de 1961 e normalmente, está associado à probabilidade de acontecerem eventos adversos.

Frequentemente, o termo é utilizado para indicar perigo ou ameaça (com relação, por exemplo, ao efeito nocivo de agrotóxicos e inseticidas).

Na legislação mais atual, é possível observar a presença do termo empregado na forma de expressões como:

- a) fatores de risco;
- b) grau de risco;
- c) potencial de risco;
- d) grupos de risco;
- e) gerenciamento de risco;
- f) risco potencial (expressão usada nas avaliações de qualidade e segurança dos produtos, de segurança do trabalhador e de interação entre o trabalhador, os produtos e os processos de fabricação).

No campo da vigilância, fala-se em risco sanitário. Essa expressão pode ser definida como a propriedade de uma determinada atividade, serviço ou produto causar efeitos nocivos ou prejudiciais à saúde do homem. Dessa forma, a noção de risco sanitário passa a ideia de ameaça à saúde e vulnerabilidade da saúde do homem.



#FicaDica

Risco sanitário está relacionado a um potencial dano à saúde e a possibilidade de que um perigo possa vir a causar um evento adverso. Veja a relação entre risco, perigo e evento adverso a seguir:

- a) Risco: é a maneira de avaliar um perigo.
- b) Perigo: é a condição que pode ser verificada
- c) Evento adverso: é qualquer efeito não desejado que ocorre no homem.

Os riscos sanitários estão classificados em cinco tipos:

- a) Riscos ambientais:** diz respeito à água indicada para consumo, ao lixo (de origem doméstico, hospitalar ou industrial), à poluição (do ar, do solo e da água de mananciais) e a presença de insetos ou animais capazes de transmitir doenças.
- b) Riscos ocupacionais:** diz respeito ao ambiente de trabalho.
- c) Riscos iatrogênicos:** estão relacionados ao uso dos serviços de saúde e aos tratamentos médicos.
- d) Riscos institucionais:** diz respeito às condições físicas, higiênicas e sanitárias de estabelecimentos como hotéis, creches, saunas, salões de beleza entre outros.

e) **Riscos sociais:** diz respeito às condições familiares, financeira e afetivas de cada indivíduo, assim como sua inserção na sociedade.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (MAPA – AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA – MÉDIO – CONSULPLAN – 2014) As modernas legislações dirigidas ao controle sanitário de alimentos exigem a execução de programas de autocontrole como requisitos básicos para a garantia da inocuidade dos produtos expostos ao consumo da população. Sobre os programas de autocontrole, analise as afirmativas.

- I. BPF e PPHO são pré-requisitos básicos para o APPCC.
- II. APPCC é uma ferramenta de controle das condições críticas do ambiente, das instalações e da higiene.
- III. BPF é um conjunto de normas referentes ao processo e procedimentos corretos que devem ser seguidos na preparação e industrialização de alimentos.
- IV. PPHO inclui o desenvolvimento de um plano escrito de normas que devem ser monitoradas de forma rotineira, prevendo ações corretivas em caso de desvios dos limites estabelecidos no programa.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

Resposta: Letra D. As Boas Práticas de Fabricação (BPF) e os Procedimentos Padrão de Higienização Operacional (PPHO) são pré-requisitos básicos para a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Boas Práticas de Fabricação (BPF): condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos produtos. As BPF são condições e procedimentos (higiênico sanitários e operacionais) aplicados durante todo o processo de produção para assegurar a inocuidade dos alimentos. O PPHO deve ser monitorado de forma rotineira para evitar a contaminação dos produtos, preservando sua qualidade e integridade.

2. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAFAEL-RN – AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MÉDIO – UFRN – 2016) Na atividade de vigilância sanitária, o conceito de nocividade, daquilo que pode causar danos à saúde das pessoas, está no fundamento das ações de controle sanitário. Todo aparato técnico-jurídico sanitário se volta para a restrição ou a proibição de produtos e serviços que sejam nocivos à saúde. Em vigilância sanitária, a noção do que não causa danos à saúde, do que não é nocivo, corresponde ao conceito de:

- a) higiene.
- b) risco.

- c) controle.
- d) inocuidade.

Resposta: Letra D. O termo inocuidade se refere a algo que não causa dano à saúde, ou seja, que não é nocivo. Portanto, essa é a alternativa correta.

3. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS-PI – TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MÉDIO – COPESE – 2016) De acordo com a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) A propriedade que tem uma atividade, serviço ou substância de produzir efeitos nocivos ou prejudiciais na saúde humana, faz referência

- a) à resiliência.
- b) ao risco sanitário.
- c) à nocividade.
- d) à ineficácia.
- e) ao agente causal.

Resposta: Letra B. O termo risco sanitário pode ser definido como a propriedade de uma determinada atividade, serviço ou produto causar efeitos nocivos ou prejudiciais à saúde do homem.

NOÇÕES DE ÉTICA E CIDADANIA

A ética tem sido um dos temas mais trabalhados nos últimos tempos, pois a corrupção, o descaso social e os constantes escândalos políticos e sociais expostos na mídia diariamente suscitam que a sociedade exija o resgate de valores morais em todas as suas instâncias, sejam elas políticas, científicas ou econômicas. Desse conflito de interesses pelo bem comum ergue-se a ética, tão discutida pelos filósofos de toda a história mundial.

Ética é uma palavra com duas origens possíveis. A primeira advém do grego éthos, literalmente “com e curto”, que pode ser traduzida por “costume”; a segunda também se escreve éthos, porém se traduz por “com e longo”, que significa “propriedade do caráter”.

Conceitua-se Ética como sendo o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. É um conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.

A Ética é a parte da filosofia que aborda o comportamento humano, seus anseios, desejos e vontades. É a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes e de uma forma específica de comportamento humano, envolvendo estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens. É a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. Ela ilumina a consciência humana, sustenta e dirige as ações do homem, norteando a conduta individual e social.

Como um produto histórico-cultural, define em cada cultura e sociedade o que é virtude, o que é bom ou mal, certo ou errado, permitido ou proibido.

Segundo Reale (1999, p. 29), “ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos”.

Já Maximiano (1974, p. 28) a define como “a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação de pessoas e organizações, é a disciplina que dispõe sobre o comportamento adequado e os meios de implementá-lo, levando-se em consideração os entendimentos presentes na sociedade ou em agrupamentos sociais particulares”.

Ética e cidadania

As instituições sociais e políticas têm uma história. É impossível não reconhecer o seu desenvolvimento e o seu progresso em muitos aspectos, pelo menos do ponto de vista formal.

A escravidão era legal no Brasil até 120 anos atrás. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar apenas há 60 anos e os analfabetos apenas há alguns anos.

Chamamos isso de ampliação da cidadania.

Existem direitos formais (civis, políticos e sociais) que nem sempre se realizam como direitos reais. A cidadania nem sempre é uma realidade efetiva e nem sempre é para todos. A efetivação da cidadania e a consciência coletiva dessa condição são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.

Para a ética, não basta que exista um elenco de princípios fundamentais e direitos definidos nas Constituições. O desafio ético para uma nação é o de universalizar os direitos reais, permitido a todos cidadania plena, cotidiana e ativa. É preciso fundar a responsabilidade individual numa ética construída e instituída tendo em mira o bem comum, visando à formação do sujeito ético. Desse modo, será possível a síntese entre ética e cidadania, na qual possa prevalecer muito mais uma ética de princípios do que uma ética do dever. A responsabilidade individual deverá ser portadora de princípios e não de interesses particulares.

Ética do exercício profissional

Diferença entre Ética E Moral

É de extrema importância saber diferenciar a Ética da Moral. São duas ciências de conhecimento se diferenciam, no entanto, tem muitas interligações entre elas.

A moral se baseia em regras que fornecem uma certa previsão sobre os atos humanos. A moral estabelece regras que devem ser assumidas pelo homem, como uma maneira de garantia do seu bem viver. A moral garante uma identidade entre pessoas que podem até não se conhecer, mas utilizam uma mesma referência de Moral entre elas.

A Ética já é um estudo amplo do que é bem e do que é mal. O objetivo da ética é buscar justificativas para o cumprimento das regras propostas pela Moral. É diferente da Moral, pois não estabelece regras. A reflexão sobre os atos humanos é que caracterizam o ser humano ético.



#FicaDica

ÉTICA	MORAL
Trata da reflexão filosófica sobre a moral.	Tem caráter de força normativa.
É permanente.	É temporária
É princípio	Representa aspecto de conduta específica
Ciência que estuda a moral.	Relacionada com hábitos e costumes de alguns grupos sociais.

- ✓ Ter Ética é fazer a coisa certa com base no motivo certo.
- ✓ Ter Ética é ter um comportamento que os outros julgam como correto.

A noção de Ética é, portanto, muito ampla e inclui vários **princípios básicos** e transversais que são:

Integridade

- Devemos agir com base em princípios e valores e não em função do que é mais fácil ou do que nos trás mais benefícios

Confiança/Credibilidade

- Devemos agir com coerência e consistência, quer na ação, quer na comunicação

Responsabilidade

- Devemos assumir a responsabilidade pelos nossos atos, o que implica, cumprir com todos os nossos deveres profissionais.

Justiça

- As nossas decisões devem ser suportadas, transparentes e objetivas, tratando da mesma forma, aquilo que é igual ou semelhante.

Lealdade

- Devemos agir com o mesmo espírito de lealdade profissional e de transparência, que esperamos dos outros

Competência

- Devemos apenas aceitar as funções para as quais tenhamos os conhecimentos e a experiência que o exercício dessas funções requer.

Independência

- Devemos assegurar, no exercício de funções de interesse público, que as nossas opiniões, não são influenciadas, por fatores alheios a esse interesse público.

Abaixo, alguns **Desafios Éticos** com que nos deparamos diariamente:

1. Se não é proibido/ilegal, pode ser feito – É óbvio que, existem escolhas, que embora, não estando especificamente referidas, na lei ou nas normas, como proibidas, não devem ser tomadas.
2. Todos os outros fazem isso – Ao longo da história da humanidade, o homem esforçou-se sempre, para legitimar o seu comportamento, mesmo quando, utiliza técnicas eticamente reprováveis.

A postura ética e profissional é um componente importante para imprimir qualidade ao atendimento, qualquer que seja a modalidade: presencial, por telefone, por carta ou por Internet.

A postura ética também é fator que agrega valor à organização e que está diretamente relacionado às representações positivas que os usuários venham a construir a respeito da organização.

NOÇÕES BÁSICAS DE EPIDEMIOLOGIA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

CONCEITOS DE EPIDEMIOLOGIA- HISTÓRIA NATURAL DA DOENÇA

Vigilância Epidemiológica: Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (lei 8080/1990)

1. Epidemiologia: estuda a distribuição dos problemas de saúde em populações.
2. Epidemiologia: é comumente definida como o estudo dos determinantes do processo saúde-doença em grupos populacionais.
3. Epidemiologia: palavra de origem grega, na qual:

epi=sobre.
demos = população.
logia= estudo.

Importante salientar o que os epidemiologistas estudam são os determinantes e as condições de ocorrência de doenças e agravos à saúde em populações humanas, empregados a diversas técnicas e métodos.

1. Objetivo da Epidemiologia

Estudar as condições de saúde e a ocorrência de doenças na população, procurando identificar os fatores e a sua interdependência que influenciam essas condições e essas ocorrências, para tornar possível que se atue sobre eles, visando à melhoria das condições.